

Economia Política na Consolidação da Justiça Económica em Contextos de Tensão Social: Uma Análise do Caso de Luanda, Angola (2025)

Carlos António Coa

Economista, Mestre em Finanças e Doutorando em
Desenvolvimento e Sustentabilidade Global.
coadocente@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as respostas institucionais e as políticas públicas implementadas pelo Governo angolano face às manifestações de julho de 2025 em Luanda, interpretando-as no quadro mais amplo da economia política contemporânea. O objectivo consiste em compreender as tensões entre crescimento económico e justiça distributiva, identificando as suas causas estruturais, bem como propor alternativas para um modelo de desenvolvimento inclusivo orientado à justiça económica. Metodologicamente, recorreu-se a uma abordagem qualitativa, exploratória e propositiva, sustentada em pesquisa bibliográfica e documental, análise crítica de discursos oficiais e confronto com experiências internacionais relevantes. Foram mobilizados referenciais teóricos clássicos (Hobbes, Smith, Polanyi) e contemporâneos (Sen, Stiglitz, Piketty), bem como contribuições de pesquisadores angolanos, nomeadamente Paxe e Brás, articulados com dados contextuais e evidências empíricas. Como resultado, propõe-se o Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade), um enquadramento inovador que integra oito proposições estratégicas, distribuídas em três eixos: institucionalização inclusiva, ampliação do capital humano e diversificação produtiva com justiça distributiva. Conclui-se que a superação das crises cíclicas de tensão social em Angola exige reformas estruturais baseadas na concertação social, na modernização do sistema educativo, na formalização gradual da economia informal e na implementação de políticas redistributivas robustas, articulando crescimento económico com inclusão social e justiça distributiva.

Palavras-chave: Crescimento inclusivo; Economia política; Fortalecimento institucional; Justiça económica; Modelo ACE.

Abstract

This article critically analyzes the institutional responses and public policies implemented by the Angolan State in the aftermath of the July 2025 demonstrations in Luanda, situating them within the broader framework of contemporary political economy. The study aims to understand the tensions between economic growth and distributive justice, identifying their structural causes and proposing alternatives for an inclusive development model oriented toward economic justice. Methodologically, it adopts a qualitative, exploratory, and propositional approach, grounded in bibliographic and documentary research, critical analysis of official discourses, and comparison with relevant international experiences. The theoretical framework mobilizes both classical references (Hobbes, Smith, Polanyi) and contemporary contributions (Sen, Stiglitz, Piketty), as well as insights from Angolan scholars such as Paxe and Brás, articulated with contextual data and empirical evidence. As a result, the study proposes the ACE Model (Angola – Growth with Equity), an innovative framework comprising eight strategic propositions distributed across three axes: inclusive institutionalization, human capital enhancement, and productive diversification with distributive justice. The findings

indicate that overcoming the cyclical crises of social tension in Angola requires structural reforms grounded in social dialogue, modernization of the education system, gradual formalization of the informal economy, and the implementation of robust redistributive policies, effectively integrating economic growth with social inclusion and distributive justice.

Keywords: Inclusive growth; Political economy; Institutional strengthening; Economic justice; ACE Model.

Introdução

"A voz do povo é um indicador económico tão importante quanto o crescimento do PIB." – Carlos António Coa

Esta frase, de autoria do presente investigador, constitui o ponto de partida desta análise por traduzir a essência do argumento central aqui desenvolvido: a necessidade de reconhecer a participação cidadã e as dinâmicas sociais como indicadores estruturantes da economia política, com impacto equivalente ao dos tradicionais agregados macroeconómicos. Esta perspetiva permite compreender que a economia, para além de um sistema de produção e distribuição de recursos, é igualmente um espaço de construção de legitimidade, de justiça e de coesão social.

As manifestações de julho de 2025 em Luanda, marcadas por convulsões sociais e pela reação das forças da ordem, revelam a existência de uma fratura crescente entre o poder político e a sociedade civil. A mensagem subsequente do governo, dirigida à nação dias após os protestos, evidencia o esforço de contenção da crise, mas também levanta questões fundamentais no domínio da economia política, sobretudo no que concerne ao papel do Estado na promoção do bem-estar comum, na redistribuição de oportunidades e na garantia da justiça social.

O objectivo deste estudo é, portanto, analisar as respostas institucionais e as políticas adotadas no contexto dessas tensões, identificando as suas insuficiências e potencialidades, e propor um enquadramento alternativo — o Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade) — como base para a formulação de políticas públicas orientadas para a justiça económica e a inclusão social.

Justificativa

A presente investigação justifica-se por múltiplas ordens de razões, de natureza académica, política e social. Em primeiro lugar, no plano académico-científico, este estudo contribui para o debate contemporâneo sobre economia política em contextos

de tensão social, ao propor uma abordagem inovadora que combina teoria clássica (Hobbes, Smith, Polanyi) e perspectivas contemporâneas (Sen, Stiglitz, Piketty) na análise das dinâmicas entre crescimento económico, justiça distributiva e estabilidade política. Trata-se de um contributo relevante para a literatura, uma vez que articula o diagnóstico das desigualdades estruturais angolanas com um modelo teórico próprio — o Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade), orientado para a consolidação de políticas públicas mais inclusivas.

Em segundo lugar, no plano prático e político, a relevância deste estudo reside na sua capacidade de transformar a análise crítica em propostas operacionais, fornecendo subsídios concretos para a formulação de políticas públicas que respondam às causas profundas do descontentamento social, como o desemprego juvenil, a carestia de vida, a informalidade económica e a crise de confiança institucional. Ao fazê-lo, este artigo oferece um instrumento de diálogo entre governo, sociedade civil e academia, promovendo a reflexão sobre alternativas viáveis para uma economia mais equitativa, participativa e resiliente.

Por fim, este estudo assume especial pertinência para o contexto angolano, onde a ausência de mecanismos eficazes de concertação social e a insuficiência de políticas redistributivas têm alimentado ciclos recorrentes de instabilidade. A construção do Modelo ACE, fundamentado em evidências empíricas e inspirado em boas práticas internacionais adaptáveis à realidade nacional, apresenta-se como um marco conceptual e operacional para repensar a economia política de Angola em direção a um desenvolvimento sustentável, inclusivo e centrado no ser humano.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e propositiva, estruturada a partir de um processo metodológico em quatro etapas interdependentes: (i) diagnóstico crítico, (ii) análise teórica, (iii) comparação internacional e (iv) formulação de um modelo integrado de economia política.

a) Diagnóstico crítico (análise contextual)

Realizou-se uma leitura sistemática dos acontecimentos que marcaram as manifestações de julho de 2025 em Luanda, utilizando fontes primárias (comunicados oficiais, discursos públicos, dados estatísticos nacionais) e secundárias (relatórios de organizações internacionais, estudos académicos e análises de políticas). Esta etapa

teve como objectivo identificar os factores estruturais de tensão social — como desemprego juvenil, carestia de vida, informalidade económica e défices de governança —, bem como avaliar a resposta governamental à crise.

b) Análise teórica (referenciais clássicos e contemporâneos)

Com base no método dedutivo, procedeu-se a um diálogo crítico entre teorias clássicas da economia política (Hobbes, Smith, Polanyi) e abordagens contemporâneas do desenvolvimento (Sen, Stiglitz, Piketty), articulando conceitos como justiça distributiva, expansão das liberdades, diversificação produtiva e fortalecimento institucional. Este enquadramento permitiu compreender as tensões entre crescimento económico, inclusão social e legitimidade política, servindo como base para a formulação de proposições estruturais.

c) Comparação internacional (benchmarking)

Foi conduzida uma análise comparativa de experiências internacionais bem-sucedidas (como os Conselhos de Concertação Social no Brasil e África do Sul, o sistema educativo da Finlândia, a diversificação produtiva do Botswana e as políticas redistributivas da Dinamarca e Suécia), selecionadas por relevância contextual e potencial de adaptação à realidade angolana. Esta etapa visou identificar mecanismos replicáveis e práticas inovadoras que possam orientar reformas no país.

d) Formulação do Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade)

Com base no cruzamento entre os dados contextuais, os referenciais teóricos e as práticas internacionais, procedeu-se à sistematização das oito proposições estratégicas (Quadro 4), organizadas em três eixos estruturantes: institucionalização inclusiva, capital humano ampliado e diversificação produtiva com justiça distributiva. O processo metodológico adotou a lógica de sistemas adaptativos complexos, permitindo integrar as proposições em um modelo retroalimentado e dinâmico, representado graficamente no Diagrama de Impacto das Proposições (Figura 1).

Optou-se por uma metodologia qualitativa e exploratória, adequada para compreender fenómenos complexos e formular propostas normativas que dialoguem com a realidade política e socioeconómica angolana. A abordagem propositiva justifica-se pelo objectivo central do estudo: transformar o diagnóstico das tensões sociais em plataforma para a construção de políticas públicas estruturais.

1. Reconhecimento e base para o diálogo

Importa, num primeiro momento, reconhecer aspectos positivos da abordagem governativa, face aos acontecimentos das manifestações de julho de 2025. Foram reafirmados o direito à manifestação e greve como conquistas constitucionais, e anunciadas medidas de apoio às empresas atingidas pelos distúrbios, sinalizando preocupação com a recuperação económica. Destacou-se ainda a importância da educação, criticando o uso irresponsável das redes sociais por parte dos jovens, e apelou-se à formação cívica como caminho para um futuro mais sólido.

Estas são observações valiosas que, se articuladas com políticas estruturais adequadas, podem constituir um ponto de partida para uma nova abordagem de governação económica e social. No entanto, a abordagem careceu de aprofundamento sobre os factores estruturais que deram origem ao descontentamento popular.

2. A Retórica da Culpa Externa: O Erro Clássico do Leviatã

As manifestações ocorridas em julho de 2025 em Luanda foram, no discurso oficial, classificadas como “actos de vandalismo instigados por organizações antipatrióticas nacionais e internacionais”¹. Esta construção narrativa está longe de ser inédita no panorama das democracias em tensão ou em transição. Historicamente, a figura do inimigo externo — real ou fabricado — tem sido instrumentalizada como mecanismo de deslegitimação das reivindicações internas e justificação da repressão, deslocando para fora das fronteiras institucionais do Estado a responsabilidade pelas crises internas.

Hobbes (1651), na sua obra clássica *Leviatã*, advertia que um Estado, ao não conseguir garantir segurança mediante justiça e coesão interna, tende a recorrer ao medo como instrumento primário de controlo. Para o autor, embora o medo possa funcionar como motor da obediência, o seu uso desproporcionado compromete a legitimidade do próprio soberano. A repressão justificada por discursos que invocam culpas externas pode, desse modo, provocar disfunções na arquitectura democrática, sobretudo quando as causas profundas da insatisfação popular se situam em factores estruturais

¹ Discurso à Nação do Presidente João Lourenço (2025, 1 de agosto) sobre as manifestações em Luanda, proferido na sequência dos acontecimentos de Julho de 2025. Presidência da República de Angola. Disponível em: <https://rstp.st/2025/08/01/pr-de-angola-condena-atos-criminosos-e-assegura-que-a-ordem-foi-restabelecida-em-luanda/>.

como o desemprego juvenil, a carestia de vida, o défice de acesso a serviços públicos essenciais, a corrupção sistémica e a exclusão socioeconómica.

Neste contexto, a retórica da sabotagem externa reflecte aquilo a que Popper (1945) chamou de “fechamento da sociedade”. Em vez de fomentar um debate aberto, plural e fundado em dados empíricos, adopta-se uma retórica encerrada sobre si própria, impermeável à crítica e avessa à diversidade de pensamento. Tal atitude enfraquece os canais de diálogo, debilita a participação cidadã e compromete os fundamentos de uma economia política democrática.

A leitura proposta por Hirschman (1970), em *Exit, Voice, and Loyalty*, revela-se particularmente pertinente para a análise deste fenómeno. Quando os cidadãos perdem confiança nas instituições e não vislumbram canais legítimos de manifestação (*voice*), tendem a recorrer ao êxodo (*exit*) — quer em termos físicos, através da emigração, quer em termos simbólicos, por meio da apatia cívica, da radicalização ou do protesto. A repressão de manifestações populares legítimas contribui, por conseguinte, para o alargamento do fosso entre governantes e governados, aumentando o potencial de instabilidade sociopolítica.

A insistência na culpabilização externa, ao escamotear as causas internas do descontentamento, compromete igualmente o que de mais fundamental se espera numa ordem democrática: a escuta activa das necessidades e aspirações da população. Tal abordagem colide com os princípios de *accountability*, transparência e inclusão que sustentam as bases normativas da economia política contemporânea.

A teoria dos sistemas adaptativos complexos — amplamente explorada por Ostrom (1990) e outros autores da tradição da governação policêntrica — reforça esta visão. Sistemas políticos que negligenciam os mecanismos de *feedback* provenientes das suas bases sociais tendem à rigidez institucional e, em última instância, ao colapso funcional. A repressão, ao invés de pacificar, actua frequentemente como catalisador da insatisfação, perpetuando ciclos viciosos de crise e desconfiança pública.

É, pois, imperativo ultrapassar a lógica da intimidação e da transferência de culpas. Impõe-se uma leitura rigorosa e integrada da realidade social, assente na escuta qualificada, na revisão das políticas públicas e na promoção de uma economia política orientada para a dignidade humana, a equidade e a justiça distributiva.

3. A Economia Existe para Servir o Povo

O debate contemporâneo sobre o papel da economia tem sido reconfigurado desde a publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990. Nesse relatório pioneiro, consagrou-se a ideia de que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação — não apenas como beneficiárias do desenvolvimento, mas sobretudo como arquitetas do seu próprio desenvolvimento” (PNUD, 1990, p. 9). Essa formulação alterou profundamente a compreensão do desenvolvimento, afastando-o de um paradigma puramente economicista e aproximando-o de um enfoque centrado na expansão das liberdades, capacidades e oportunidades humanas.

Essa visão dialoga com a concepção de Amartya Sen (1999), para quem o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, abarcando dimensões que transcendem a renda, como saúde, educação, participação política e segurança. Assim, o desenvolvimento humano passa a ser concebido como um projecto coletivo, onde os cidadãos não são apenas receptores de políticas, mas agentes activos na construção do seu destino.

Desde os primórdios, a economia política buscou compreender as necessidades humanas e promover o bem-estar coletivo. Adam Smith (1776) já advertia que nenhuma sociedade pode ser verdadeiramente próspera se a grande maioria dos seus membros for pobre e miserável, apontando para a necessidade de políticas que equilibrem a busca por riqueza com a justiça social. Richard Cantillon (1755) destacou que a riqueza de uma nação resulta da interação entre trabalho, produção e circulação, e que essa não pode ser dissociada das condições concretas da população.

No início do século XX, Thorstein Veblen (1899) criticou o consumo conspícuo e a “classe ociosa”, denunciando que os sistemas económicos que privilegiam a ostentação e o acúmulo improdutivo perdem sua função social. Da mesma forma, John Commons (1934), no campo da economia institucional, sustentou que a economia deve ser vista como um conjunto de instituições interdependentes, moldadas pelas relações sociais, políticas e culturais. Por sua vez, Karl Polanyi (1944) defendeu que os mercados não operam no vácuo, mas precisam estar ancorados em instituições sociais que assegurem coesão, proteção e estabilidade.

A perspectiva do desenvolvimento humano encontra eco nas conclusões de Daron Acemoglu e James Robinson (2012), que, em *Why Nations Fail*, defendem que o desenvolvimento sustentável depende de instituições inclusivas — aquelas que garantem participação ampla, direitos de propriedade e poder de decisão distribuído. Em contraste, instituições extrativas concentram poder e recursos, bloqueando o potencial económico da maioria da população. Assim, para que o desenvolvimento seja sustentável e participativo, é necessário um ambiente institucional que valorize a cidadania activa e a justiça distributiva.

Essa abordagem institucional reforça a visão do RDH: as pessoas não devem ser vistas como meros beneficiários, mas como protagonistas do desenvolvimento. Economias que despersonalizam a população — tratando manifestações sociais como mera “desordem” e ignorando suas causas estruturais, como desemprego, inflação e exclusão social — rompem com a essência da economia política e falham em seu objectivo de servir ao povo.

Neste contexto, os protestos, mesmo que apresentem elementos de violência, são frequentemente expressões extremas de exclusão económica e social. Reduzir essas manifestações a actos de vandalismo sem reconhecer seus determinantes estruturais despersonaliza o povo e despolitiza a pobreza. Uma resposta política eficaz deveria envolver autocrítica governativa, diálogo social e revisão das políticas públicas, reconhecendo que a economia só cumpre seu propósito quando gera emprego, estabilidade, justiça social e oportunidades equitativas.

A economia existe para servir o povo, e não o contrário. As lições do RDH (1990), as contribuições de Sen, Smith, Polanyi, Veblen, Cantillon e as evidências de Acemoglu e Robinson convergem para um ponto central: o desenvolvimento deve ser inclusivo, institucionalmente ancorado e centrado nas pessoas como agentes activos da transformação social.

Portanto, reafirma-se nesta abordagem que a economia deve refletir-se na estabilidade macroeconómica, na justiça social e na criação de oportunidades para todos, pois somente assim cumprirá o seu papel como instrumento de promoção da dignidade humana, da coesão social e do desenvolvimento sustentável.

4. Ajuda às Empresas: Solução Curativa, Não Preventiva

O anúncio de apoio governamental às empresas afetadas por protestos revela um viés tecnocrático: embora útil no curto prazo, foca excessivamente na oferta e pouco atende às necessidades da população vulnerável. A economia política contemporânea nos lembra que políticas eficazes devem ser preventivas e participativas, não apenas reativas.

a) Prioridade à produção em detrimento da demanda social

Como apontado por Stiglitz (2002), muitas políticas são formuladas por tecnocratas desconectados da realidade social, beneficiando elites e perpetuando desigualdades.

Revelam-se como:

- Políticas voltadas a favorecer empresas sem considerar mecanismos redistributivos directos
- Ausência de diálogo com os grupos afetados pela pobreza e desemprego

Essa abordagem privilegia o suprimento (empresas, produção) mas negligencia o lado da demanda — os cidadãos, a coesão social e o bem-estar coletivo.

b) Falta de medidas estruturais e de longo prazo

A resposta pode ser considerada curativa e limitada: apoia empresas danificadas, mas não altera as estruturas que causam exclusão, como:

- Alta informalidade económica
- Ineficiência do acesso ao crédito produtivo
- Desigualdade persistente e baixa produtividade nacional

Stiglitz (2002) critica o apoio técnico sem consideração pelas reais condições sociais, defendendo que reformas devem ser ajustadas à realidade local e construídas com participação da sociedade civil — não simplesmente impostas a partir de um conhecimento abstrato e exterior.

c) Falta de transparência sobre financiamento

Se não forem apresentadas informações claras sobre a origem dos recursos, poderá abrir espaço para questionamentos, tais como: haverá redirecionamento orçamental? Endividamento público? Parcerias público-privadas? Sem critérios explícitos de elegibilidade e fontes, aumenta o risco de captura por grupos privilegiados e uso demagógico da medida — um padrão frequentemente denunciado por Stiglitz (2002) na gestão de crises financeiras e resgates bancários.

Nesta perspectiva, o apoio às empresas, embora necessário, revela-se insuficiente como política económica. A inexistência de programas de renda mínima, de iniciativas consistentes para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, de mecanismos eficazes de controlo dos preços dos bens essenciais e de políticas redistributivas compromete significativamente o alcance das medidas anunciadas. Sem uma participação efetiva da sociedade na formulação e implementação dessas políticas, corre-se o risco de favorecer interesses restritos e perpetuar desigualdades — um efeito amplamente identificado por Stiglitz (2002) em análises sobre crises anteriores, nas quais políticas tecnocráticas, concebidas à margem do diálogo social, aprofundaram assimetrias estruturais e fragilizaram a coesão social.

Portanto, considera-se que a política anunciada falha em dois aspectos fundamentais:

- Ignora a dimensão social dos protestos, perdendo a oportunidade de transformá-los em diálogo democrático e revisão das políticas públicas.
- Recupera perdas materiais, mas não aborda a injustiça económica — que é a verdadeira base da instabilidade social.

É fundamental manter a perspectiva de que a paz e a ordem duradoura dependem da justiça social e de políticas comprometidas com o bem-estar humano. A economia deve servir ao povo de forma preventiva, redistributiva e participativa — não apenas como mecanismo de resgate emergencial.

Para melhor visualizar as limitações das medidas anunciadas e contrastá-las com alternativas preconizadas na literatura económica contemporânea, apresenta-se, no Quadro 1, uma síntese comparativa entre os compromissos governamentais e as recomendações formuladas por Stiglitz (2002; 2012; 2024).

Quadro 1 – Compromissos Governamentais vs. Recomendações de Stiglitz

Eixo	Compromissos Anunciados pelo Governo	Recomendações de Joseph Stiglitz	Análise Crítica
Objectivo central	Apoio financeiro às empresas afetadas pelos protestos (mitigação de perdas materiais).	Políticas centradas em pessoas, com participação social, garantindo que a recuperação beneficie a sociedade como um todo (<i>Globalization and Its Discontents</i> , 2002).	Foco tecnocrático em empresas; ausência de medidas voltadas diretamente à população afetada.
Alcance	Medida pontual, restrita a empresas danificadas.	Políticas estruturais: programas de renda mínima, inclusão juvenil, controle de preços e	Falta de abordagem preventiva e redistributiva; política

		expansão de oportunidades (<i>The Price of Inequality</i> , 2012).	curativa de curto prazo.
Participação social	Não foi anunciado diálogo ou consulta pública.	Inclusão de atores sociais no desenho e execução das políticas, para maior legitimidade e eficácia.	Risco de elitização do benefício e desconexão com as reais necessidades da população.
Fonte de financiamento	Não divulgada (aguarda decreto).	Transparência orçamental: identificação clara das fontes (realocação de recursos, novos impostos progressivos, etc.).	Ausência de critérios e projeções aumenta riscos de opacidade e favoritismo.
Efeito esperado	Recuperar capacidade produtiva das empresas impactadas.	Gerar coesão social e reduzir desigualdades, promovendo estabilidade política e económica (<i>The Road to Freedom</i> , 2024).	Medida pode reduzir perdas no setor privado, mas não aborda as causas da crise social.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na mensagem presidencial (2025) e em Stiglitz (2002, 2012 e 2024).

A análise apresentada no Quadro 1 evidencia que, embora os compromissos anunciados pelo Executivo demonstrem sensibilidade aos danos sofridos pelo setor empresarial, permanecem marcados por um viés tecnocrático e de curto prazo, distante das recomendações de Stiglitz, que enfatizam a centralidade das pessoas, a redistribuição equitativa e a participação social no desenho das políticas económicas. Ressalta-se que o decreto que formalizará essa política só será publicado na segunda-feira, o que torna esta análise preliminar e suscetível a revisões. Será crucial avaliar, após a publicação, os critérios de elegibilidade (quais empresas terão acesso), os mecanismos de monitoramento (como evitar favoritismo) e as fontes de financiamento (realocação orçamental, endividamento ou parcerias), a fim de aferir a transparência, a efetividade e a coerência da medida com as boas práticas de política económica inclusiva.

Quadro 2 – Compromissos Governamentais vs. Recomendações de Stiglitz vs. Cenário Ideal

Eixo	Compromissos Anunciados pelo Governo	Recomendações de Joseph Stiglitz	Cenário Ideal (Política com Recomendações de Stiglitz)
Objectivo central	Apoio financeiro às empresas afetadas pelos protestos (mitigação de perdas materiais).	Políticas centradas em pessoas, com participação social e que promovam equidade.	Medida mista: apoio a empresas + transferências diretas às famílias afetadas (ex.: subsídio temporário de renda mínima).
Alcance	Medida pontual, restrita a empresas danificadas.	Políticas estruturais: programas de renda mínima, inclusão juvenil, controle de preços e	Plano integrado: auxílio emergencial + programas estruturais (formação profissional, linhas de

		expansão de oportunidades.	crédito inclusivas, estímulo à formalização).
Participação social	Não foi anunciado diálogo ou consulta pública.	Inclusão de atores sociais no desenho e execução das políticas.	Criação de um conselho consultivo (sociedade civil, empresários, sindicatos) para acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos.
Fonte de financiamento	Não divulgada (aguarda decreto).	Transparência orçamental: identificação clara das fontes (realocação de recursos, novos impostos progressivos, etc.).	Publicação prévia do plano orçamental com: fonte dos recursos (ex.: impostos sobre setores de maior lucro), valores totais e critérios de distribuição.
Efeito esperado	Recuperar capacidade produtiva das empresas impactadas.	Gerar coesão social e reduzir desigualdades, promovendo estabilidade política e económica.	Estabilização económica com justiça social: reconstruir empresas e restaurar a confiança da população, reduzindo tensões sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na mensagem presidencial (2025) e em Stiglitz (2002, 2012 e 2024).

O Quadro 2 permite identificar como a incorporação das recomendações de Stiglitz poderia transformar a política anunciada em uma resposta mais abrangente e inclusiva. Ao combinar apoio às empresas com medidas redistributivas, como programas de transferência de renda e iniciativas de inclusão produtiva, além de assegurar participação social e transparência nas fontes de financiamento, o cenário ideal delineado reflete uma abordagem preventiva e estruturante, em contraste com a lógica meramente compensatória do compromisso governamental. Tal desenho não apenas mitigaria os efeitos imediatos da crise, mas também contribuiria para fortalecer a coesão social, reduzir desigualdades e promover uma recuperação económica sustentável, alinhando-se às melhores práticas internacionais de política económica inclusiva.

Nesta linha, Piketty (2014), em *Capital in the Twenty-First Century*, demonstra que a desigualdade tende a aprofundar-se em economias nas quais os retornos do capital superam o crescimento económico, fenómeno que, sem correções, perpetua a concentração de riqueza e limita a mobilidade social. Aplicada ao contexto angolano, esta reflexão evidencia a urgência de políticas redistributivas robustas, incluindo sistemas fiscais progressivos e mecanismos de valorização salarial, capazes de ampliar o poder de compra da população e fortalecer o mercado interno. Tal abordagem reforça a necessidade de que o crescimento económico esteja intrinsecamente associado a

metas explícitas de justiça distributiva, condição indispensável para a estabilidade social e a coesão comunitária

5. Educação, juventude e o sistema educativo

Nesta secção, propõe-se uma reflexão crítica sobre a adequação do sistema educativo atual às necessidades reais da juventude angolana, destacando a urgência de políticas que unam qualidade, equidade e participação social.

A crítica governamental ao uso das redes sociais por jovens só adquire validade se acompanhada de uma reflexão mais profunda: que sistema educativo temos construído para essa juventude? Salas de aula precárias, professores desvalorizados e a ausência de recursos básicos — como bibliotecas, laboratórios e acesso à tecnologia — contradizem qualquer apelo à formação cívica. É necessário reconhecer que jovens bem formados, com oportunidades reais de inserção social e produtiva, não recorrem à vandalização, mas contribuem activamente para o desenvolvimento social e económico, ao contrário da lógica redutora que associa manifestações à criminalidade.

Neste contexto, há uma necessidade urgente de redefinir o conceito de escola em Angola, superando a visão restrita de mero espaço físico destinado a aulas. É fundamental concebê-la como um centro moderno de aprendizagem, que integre bibliotecas, laboratórios, serviços de apoio psicopedagógico, formação técnico-profissional e mecanismos de articulação directa com o mercado de trabalho e a cidadania activa. Essa perspetiva corresponde à abordagem de Schultz (1971), economista distinguido com o Prémio Nobel e autor da obra *Investment in Human Capital*, que defende a educação como investimento produtivo capaz de gerar retornos sociais e económicos, considerando que uma população saudável e escolarizada constitui elemento central para o progresso sustentado. Essa visão encontra ressonância nas contribuições de Becker (1964), economista da Escola de Chicago que sistematizou a teoria do capital humano em *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis*, enfatizando que a aprendizagem deve refletir os desafios locais e preparar os jovens para uma participação crítica e produtiva na sociedade contemporânea.

Nesta mesma linha, Brás (2022), pesquisador angolano especialista em políticas públicas educacionais, ao analisar as políticas implementadas em Angola durante as Primeira e Segunda Repúblicas, sustenta que essa redefinição requer uma mudança de paradigma na formulação das políticas públicas. Segundo o autor, o sistema

educativo angolano permanece excessivamente dependente de agendas internacionais — como as do Banco Mundial e da UNESCO — e fortemente centralizado, o que compromete a capacidade de resposta às necessidades locais. Brás (2022) defende a descentralização das decisões, o fortalecimento da autonomia escolar e a participação comunitária como bases para a construção de políticas que reflitam as realidades culturais, linguísticas e socioeconómicas do país. Em estudo complementar sobre o Projecto de Escolas de Referência, o autor destaca que essa iniciativa foi concebida de modo *top-down*, com forte influência de atores estatais e internacionais, o que evidencia a urgência de adotar uma abordagem que privilegie o protagonismo local na definição das prioridades educacionais.

Nesse mesmo sentido, Paxe (2017), também pesquisador angolano e especialista em políticas públicas educacionais, denuncia os déficits estruturais do sistema, destacando a existência de escolas sem água canalizada, sem saneamento básico e com precária gestão, especialmente nas zonas rurais e periurbanas. Para o autor, uma educação transformadora deve se fundamentar nos “4 As”: disponibilidade, acesso, aceitação e adaptabilidade, assegurando que o direito à educação seja efetivamente concretizado com respeito às especificidades culturais e regionais.

Relacionar essa redefinição da escola ao papel da juventude no desenvolvimento e na prevenção de tensões sociais é imperativo. Jovens formados em sistemas educativos inclusivos e contextualizados tornam-se agentes activos da coesão social, contribuindo para a redução de tensões e afastando-se de comportamentos violentos frequentemente rotulados como vandalismo. O relatório *Change Makers: Empowering Youth for Inclusive Societies* (World Bank, 2024) destaca que a inclusão significativa dos jovens — por meio de voz activa, acesso equitativo à educação e envolvimento em processos de mudança — é essencial para a construção de sociedades coesas e sustentáveis.

Relatórios da UNESCO, em particular aqueles associados ao trigésimo aniversário da Declaração de Salamanca (1994), reforçam que a educação inclusiva promove coesão social e estabilidade política ao garantir o acesso de grupos marginalizados — como crianças com deficiência, minorias étnicas e jovens de zonas rurais — a ambientes escolares adaptados às suas necessidades. A instituição sublinha que sistemas de ensino que incorporam princípios de inclusão produzem efeitos duradouros na redução da exclusão social, de protestos e de futuros conflitos.

O Banco Mundial, ao analisar a situação atual da África Subsaariana, conclui que a transformação educativa é determinante para o crescimento económico inclusivo e para a paz social. A ausência de investimentos adequados em educação, saúde e infraestrutura coloca as populações jovens em situação de vulnerabilidade, traduzindo-se em instabilidade social e baixa produtividade laboral. Casos como o da Papua-Nova Guiné ilustram claramente esse risco: com um elevado número de jovens fora da escola e do mercado de trabalho, aumenta significativamente a probabilidade de conflitos urbanos e violência.

No plano teórico africano, Mamdani (2020) defende que a construção de comunidades políticas igualitárias só é possível através de uma educação que forme cidadãos participativos e conscientes, capazes de resistir à violência identitária ou social. Embora não trate directamente do contexto angolano, suas reflexões sobre o papel da educação na formação de uma cidadania activa e pacífica oferecem uma base teórica robusta: uma juventude bem informada, educada de forma inclusiva e valorizada exerce um verdadeiro “freio moral” aos impulsos de ruptura social.

Experiências internacionais fortalecem essa tese. Modelos como os da Coreia do Sul, do Japão e de Botswana demonstram que investimentos robustos e sustentados em educação — associados a políticas de equidade territorial e inclusão social — reduzem tensões sociais e promovem crescimento económico inclusivo.

Portanto, a literatura internacional e africana converge ao apontar que sistemas educativos inclusivos, adaptados às realidades locais e dotados de autonomia, não apenas fortalecem o capital humano, como também previnem a exclusão e a violência, transformando os jovens em vetores do desenvolvimento nacional. Esses contributos conduzem a uma conclusão inequívoca: sem políticas estruturais que reposicionem a escola como centro de inovação, cidadania e oportunidades, o sistema continuará incapaz de responder às demandas da juventude e de evitar que tensões sociais se expressem em protestos que o governo tende a rotular como actos de vandalismo. Uma educação de qualidade, inclusiva e contextualizada constitui, portanto, o caminho mais seguro para transformar a juventude em protagonista do desenvolvimento, e não em mero alvo de repressão política.

6. Proposições para uma Nova Economia Política em Angola

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que as manifestações de julho de 2025 não foram eventos isolados, mas a expressão visível de tensões estruturais profundas — ligadas ao desemprego juvenil, à carestia de vida, à exclusão social e à centralização política. Tais elementos revelam a urgência de repensar o modelo de desenvolvimento angolano, articulando crescimento económico, justiça social e participação cidadã. Com base nas contribuições de autores clássicos e contemporâneos — de Hobbes (1651) a Stiglitz (2012), de Sen (1999) a Piketty (2014), de Schultz (1971) a Acemoglu e Robinson (2012), bem como nos contributos de pesquisadores angolanos como Isaac Paxe (2017) e Chocolate Brás (2022) — e à luz das experiências internacionais, delineiam-se as seguintes proposições, que podem constituir um quadro de referência para reformas estruturais e futuras agendas de pesquisa:

a) Institucionalizar o Diálogo Social como Pilar da Governação

A retórica do inimigo externo, analisada por Hobbes e Popper, enfraquece a coesão interna e marginaliza o “voice” dos cidadãos (Hirschman, 1970). Propõe-se a criação de plataformas permanentes de concertação que integrem juventude, sindicatos, empresariado e sociedade civil, com a reforma e dinamização do Conselho Nacional de Concertação Social. Um diálogo institucionalizado, baseado em escuta activa e responsabilização mútua, poderá reconstruir a confiança entre governo e sociedade.

b) Reconfigurar a Educação como Vector de Inclusão e Desenvolvimento

Conforme Schultz (1971) e Becker (1964), a educação é o principal investimento em capital humano. Retomando as críticas de Paxe (2017), que denuncia défices estruturais como a falta de água potável, saneamento e gestão adequada nas escolas, e de Brás (2022), que defende a descentralização das políticas educacionais e a participação comunitária, propõe-se a valorização docente, a modernização de infraestruturas, a revisão curricular alinhada aos “4 As” (disponibilidade, acesso, aceitação e adaptabilidade) e a descentralização das decisões educacionais. Tal modelo deve conectar-se ao mercado de trabalho e preparar os jovens para a cidadania activa, fortalecendo a coesão social e prevenindo tensões.

c) Redefinir a Economia para Servir o Povo

Inspirados em Sen (1999) e no Relatório do PNUD (1990), propõe-se que políticas económicas sejam avaliadas não apenas pelo crescimento do PIB, mas pela sua contribuição para expansão das capacidades e liberdades das pessoas. Isso implica mecanismos de redistribuição justa, com políticas fiscais progressivas, programas de renda mínima, controle de preços essenciais e ampliação do acesso ao microcrédito — criando condições para que a população seja protagonista do desenvolvimento.

d) Adotar um Modelo Estrutural Integrado de Crescimento

Com base no modelo de Kuznets (1955), sugere-se a reorganização produtiva do país: fortalecer o sector primário (agricultura), dinamizar o sector secundário (indústrias de transformação) e consolidar um sector terciário inovador, promovendo um crescimento equilibrado. Essa estratégia deve evitar a dependência de *commodities* e enfrentar o padrão de crescimento assimétrico que perpetua desigualdades.

e) Promover Salários Dignos e Justiça Distributiva

Piketty (2014) demonstrou que economias marcadas por grande concentração de renda tendem à estagnação e à instabilidade. Propõe-se a implementação de políticas salariais que garantam remunerações dignas e reduzam a desigualdade, inspirando-se em modelos dos países nórdicos que aliam prosperidade económica a justiça social.

f) Integrar a Economia Informal como Activo Estratégico

Seguindo experiências de sucesso na Colômbia e Ruanda, propõe-se a integração progressiva da economia informal por meio de hubs estatísticos, concessão de crédito, capacitação técnica e extensão de proteções sociais, conforme argumenta De Soto (2000), em *The Mystery of Capital*, a economia informal não deve ser vista apenas como um problema a ser eliminado, mas como um ativo estratégico que, quando formalizado de modo inclusivo, pode ampliar a base produtiva e gerar novas oportunidades económicas. Para Angola, esta perspectiva implica adotar políticas graduais de formalização que assegurem acesso ao crédito, simplificação de processos burocráticos e proteção social aos pequenos empreendedores, evitando sufocar a dinâmica que sustenta a subsistência de grande parte da população. Essa abordagem transformaria a informalidade em vector de dinamismo económico, ampliando receitas fiscais e formalizando postos de trabalho.

g) Redefinir a Função Pública como Serviço

Conforme Mamdani (2020), instituições inclusivas dependem de servidores públicos comprometidos com o bem comum. Propõe-se a despartidarização da administração pública, com mandatos avaliados por critérios de desempenho social e ético, resgatando a função do Estado como provedor de justiça e não como instrumento de perpetuação do poder.

h) Institucionalizar a Assistência Social como Pilar da Coesão

A assistência social, quando integrada a escolas, empresas e parlamentos, pode atuar como mecanismo preventivo de exclusão e conflito. Sugere-se a criação de uma rede nacional de assistentes sociais, vinculada a políticas de proteção e desenvolvimento comunitário, fortalecendo o tecido social e promovendo a inclusão.

Estas proposições configuram um quadro normativo para uma nova economia política angolana, que se afasta do tecnocratismo de curto prazo e adota uma abordagem preventiva, redistributiva e participativa. Elas sintetizam a convergência entre a literatura clássica e contemporânea e os contributos de pesquisadores angolanos como Paxe e Brás, oferecendo um caminho para transformar tensões sociais em oportunidades de reconstrução nacional — em que a economia existe para servir o povo, e não o contrário.

Quadro 3 – Proposições para uma Nova Economia Política em Angola

Proposição	Objectivo	Base Teórica (Autores)	Exemplo Internacional	Implicações para Angola
1. Institucionalizar o Diálogo Social	Reconstruir a confiança entre governo e sociedade por meio de concertação permanente.	Hobbes (1651); Popper (1945); Hirschman (1970).	Conselhos de Concertação Social na África do Sul e no Brasil.	Reduzir tensões sociais e criar canais legítimos para manifestações e negociação.
2. Reconfigurar a Educação como Vector de Inclusão	Modernizar o sistema educativo para gerar capital humano e coesão social.	Schultz (1971); Becker (1964); Paxe (2017); Brás (2022).	Modelo descentralizado do sistema educativo da Finlândia.	Reduzir desemprego juvenil, melhorar empregabilidade e fortalecer cidadania activa.
3. Redefinir a Economia para Servir o Povo	Tornar o crescimento económico inclusivo e centrado nas capacidades humanas.	Sen (1999); PNUD (1990); Polanyi (1944).	Experiência do “Buen Vivir” no Equador e modelo de desenvolvimento humano na Costa Rica.	Transformar o PIB em instrumento de bem-estar e ampliar liberdades e oportunidades.

4. Adotar um Modelo Estrutural Integrado de Crescimento	Diversificar a economia, reduzindo a dependência de <i>commodities</i> .	Kuznets (1955); Acemoglu & Robinson (2012).	Estratégia de industrialização do Botswana e da Malásia.	Estimular a agricultura, indústria e serviços, promovendo crescimento equilibrado.
5. Promover Salários Dignos e Justiça Distributiva	Reduzir desigualdades e aumentar o poder de compra da população.	Piketty (2014); Smith (1776).	Políticas salariais progressivas da Dinamarca e Suécia.	Ampliar o consumo interno, reduzir tensões sociais e estimular produtividade.
6. Integrar a Economia Informal como Activo Estratégico	Formalizar gradualmente a economia informal sem sufocar sua dinâmica.	Stiglitz (2012); De Soto (2000).	Experiências de formalização na Colômbia e Ruanda.	Aumentar receitas fiscais, gerar empregos formais e dinamizar a base produtiva.
7. Redefinir a Função Pública como Serviço	Tornar a administração pública eficiente, ética e voltada ao bem comum.	Mamdani (2020); Commons (1934).	Sistema de avaliação de desempenho público no Canadá e em Ruanda.	Melhorar a prestação de serviços e reduzir a partidarização do Estado.
8. Institucionalizar a Assistência Social como Pilar de Coesão	Prevenir exclusão social e fortalecer a coesão comunitária.	Sen (1999); PNUD (1990).	Rede de proteção social integrada do Chile e programas de assistência no Brasil.	Reduzir vulnerabilidades, prevenir conflitos e promover inclusão social.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Quadro 3 apresenta uma sistematização de oito proposições estratégicas concebidas para a configuração de uma nova economia política em Angola, estruturadas de modo a contemplar: (i) a definição da intervenção proposta e os respetivos objetivos, explicitando a natureza e o alcance de cada medida; (ii) os fundamentos epistemológicos e referenciais teóricos que lhes conferem sustentação, ancorados em contributos de autores clássicos e contemporâneos do pensamento económico, político e social; (iii) experiências internacionais paradigmáticas, que servem como evidência empírica da viabilidade e aplicabilidade das medidas em contextos diversos; e (iv) as implicações operacionais para o contexto angolano, enfatizando as transformações institucionais, económicas e sociopolíticas decorrentes da sua implementação.

De forma abrangente, as proposições evidenciam a necessidade de reformas estruturais de carácter multidimensional, compreendendo, entre outras, a institucionalização do diálogo social como mecanismo de concertação democrática, a reconfiguração do sistema educativo como vetor de inclusão e desenvolvimento do capital humano, a diversificação produtiva com vistas à mitigação da dependência de *commodities*, a integração gradual da economia informal como ativo estratégico e a

redefinição da função pública orientada ao interesse coletivo. Tais proposições, inspiradas em referenciais teóricos consolidados e corroboradas por práticas internacionais exitosas, convergem para a formulação de um modelo de desenvolvimento cujo propósito é reduzir assimetrias socioeconómicas, ampliar as liberdades substantivas e promover um crescimento económico inclusivo, sustentável e socialmente orientado.

Quadro 4 – Diagrama de Impacto das Proposições para uma Nova Economia Política em Angola

Cód.	Proposição	Resultado Esperado (Efeitos Directos – Curto Prazo)	Impacto no Desenvolvimento (Efeitos Sistêmicos – Médio/Longo Prazo)	Dimensão
P1	Institucionalizar o Diálogo Social	Criação de canais permanentes de concertação entre governo, juventude, sindicatos e sociedade civil.	Aumento da confiança institucional, redução de tensões sociais e fortalecimento da governabilidade democrática.	Fortalecimento Institucional
P2	Reconfigurar a Educação como Vector de Inclusão	Modernização das escolas, valorização docente e currículos adaptados às realidades locais.	Elevação do capital humano, redução do desemprego juvenil e maior coesão social.	Justiça Social
P3	Redefinir a Economia para Servir o Povo	Implementação de políticas redistributivas, programas de renda mínima e microcrédito.	Expansão das capacidades humanas, redução da pobreza e estímulo à participação cidadã.	Justiça Social
P4	Adotar um Modelo Estrutural Integrado de Crescimento	Diversificação produtiva: fortalecimento da agricultura, indústria e serviços.	Crescimento económico sustentável, menor vulnerabilidade externa e geração de empregos de qualidade.	Desenvolvimento Sustentável
P5	Promover Salários Dignos e Justiça Distributiva	Estabelecimento de políticas salariais progressivas e combate à concentração de renda.	Aumento do consumo interno, redução das desigualdades e maior estabilidade social.	Justiça Social
P6	Integrar a Economia Informal como Ativo Estratégico	Formalização gradual da economia informal com crédito, capacitação e proteção social.	Ampliação da base fiscal, dinamização do setor produtivo e inclusão económica.	Desenvolvimento Sustentável
P7	Redefinir a Função Pública como Serviço	Despartidarização e avaliação por desempenho ético e social na administração pública.	Maior eficiência estatal, fortalecimento das instituições e prestação de serviços de qualidade.	Fortalecimento Institucional
P8	Institucionalizar a Assistência Social como Pilar de Coesão	Criação de redes integradas de assistência em	Redução da vulnerabilidade social, prevenção de conflitos	Justiça Social

		escolas, empresas e parlamentos.	e promoção de inclusão comunitária.	
--	--	----------------------------------	-------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Quadro 4 sistematiza oito proposições estratégicas para a construção de uma nova economia política em Angola, estruturadas em três variáveis centrais: (i) a proposição, que define a natureza e o objectivo da intervenção (P1 a P8); (ii) os resultados esperados, representando os efeitos directos e mensuráveis no curto prazo; e (iii) os impactos no desenvolvimento, que traduzem os efeitos sistémicos no médio e longo prazo. Tais proposições foram ainda classificadas segundo três dimensões analíticas — Desenvolvimento Sustentável, Justiça Social e Fortalecimento Institucional — que se entrecruzam e fundamentam a lógica do modelo.

A relação entre as variáveis revela que as proposições não operam isoladamente, mas articulam-se em uma dinâmica interdependente. Assim, o cruzamento entre proposições e dimensões evidencia que reformas institucionais (P1 e P7) criam condições para a implementação de políticas sociais (P2, P3 e P8) e económicas (P4, P5 e P6). O cruzamento entre resultados esperados e impactos sistémicos, por sua vez, evidencia a cadeia causal que transforma efeitos imediatos em mudanças estruturais: por exemplo, a criação de canais permanentes de diálogo social (P1) projecta-se na elevação da confiança institucional e na redução de tensões sociais; a modernização do sistema educativo (P2) produz efeitos directos sobre a qualificação da força de trabalho e impactos mais amplos sobre a coesão social e o capital humano.

A partir desse cruzamento de variáveis, é possível formular três premissas estruturantes que orientam a construção do modelo de uma nova economia política em Angola:

- a) Premissa 1 – Condicionalidade Institucional: As reformas institucionais (P1 e P7) constituem pré-condição para a sustentabilidade das políticas sociais e económicas, garantindo legitimidade, previsibilidade e governabilidade democrática.
- b) Premissa 2 – Expansão das Capacidades Humanas: As reformas sociais (P2, P3 e P8) ampliam o capital humano e fortalecem a coesão social, criando as bases para um crescimento inclusivo e para a participação cidadã activa.
- c) Premissa 3 – Diversificação com Justiça Distributiva: As reformas económicas (P4, P5 e P6), ancoradas em políticas distributivas, permitem a diversificação

produtiva e a redução da dependência de *commodities*, promovendo maior estabilidade macroeconómica e social.

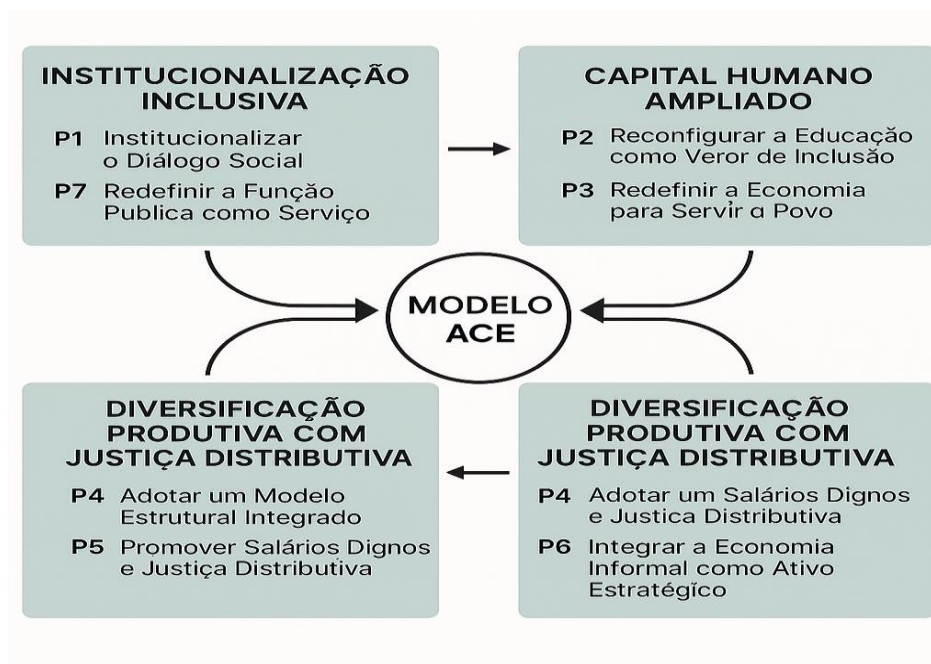
Estas premissas não apenas explicitam o raciocínio lógico subjacente ao quadro, mas também fundamentam a formulação de um modelo teórico inovador.

6.1. Proposta Teórica: Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade)

Com base na análise anterior, propõe-se o Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade), definido como:

Uma abordagem integrada de economia política que articula simultaneamente reformas institucionais (legitimidade e eficiência), reformas sociais (inclusão e capacitação) e reformas económicas (diversificação e distribuição), transformando resultados imediatos em impactos sistémicos de longo prazo, com vistas à construção de um crescimento inclusivo, sustentável e orientado para o bem-estar coletivo.

Figura 1 – Componentes do Modelo ACE



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

Desta forma, como ilustra a figura 1, o modelo ACE comporta os seguintes Componentes:

- Institucionalização Inclusiva (P1 e P7): Consolidação de mecanismos de diálogo social, governança participativa e administração pública orientada ao interesse público.

- b) Capital Humano Ampliado (P2, P3 e P8): Expansão do acesso à educação de qualidade, políticas redistributivas e redes de proteção social para fortalecer as capacidades humanas e reduzir vulnerabilidades.
- c) Diversificação Produtiva com Justiça Distributiva (P4, P5 e P6): Desenvolvimento de sectores estratégicos (agricultura, indústria e serviços), aliado a políticas salariais e de formalização da economia informal, garantindo maior dinamismo produtivo e equidade socioeconómica.

O Modelo ACE baseia-se em uma lógica cíclica e retroalimentada:

- a) Reformas institucionais criam o ambiente de legitimidade e estabilidade necessário para a implementação das reformas sociais e económicas.
- b) Reformas sociais ampliam as capacidades humanas, que, por sua vez, potenciam a produtividade e reforçam a coesão social, condições essenciais para a diversificação económica.
- c) Reformas económicas aumentam os recursos e fortalecem a base fiscal, retroalimentando as instituições e viabilizando investimentos adicionais em políticas sociais, formando um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

A lógica circular do diagrama evidencia a dinâmica retroalimentada do modelo, em que reformas institucionais (P1 e P7) criam legitimidade e governabilidade para a implementação de políticas sociais (P2 e P3), as quais expandem capacidades humanas e fortalecem a coesão social, potencializando, por sua vez, as reformas económicas (P4, P5 e P6). Estas últimas diversificam a base produtiva e ampliam a justiça distributiva, reforçando a sustentabilidade do sistema e retroalimentando as instituições. Assim, o modelo traduz uma abordagem holística de desenvolvimento, que conecta eficiência institucional, inclusão social e dinamismo económico, orientando-se para um crescimento sustentável e equitativo em Angola.

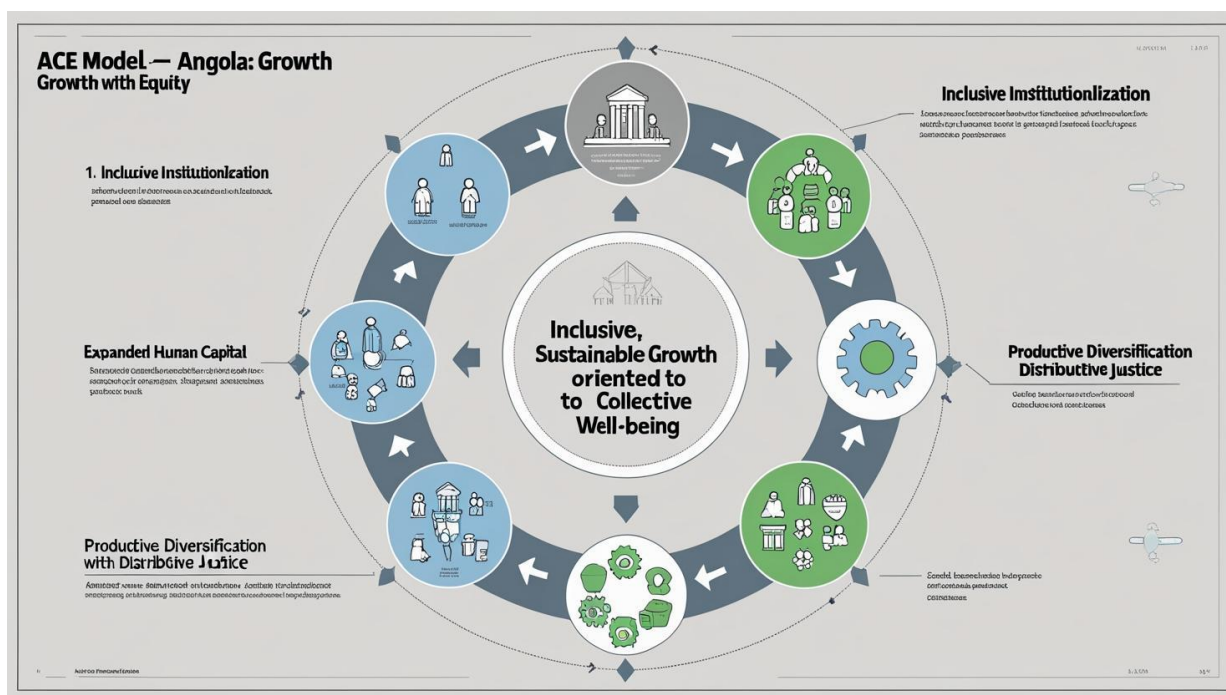
Nesta perspectiva, a contribuição científica desta abordagem materializa-se no Modelo ACE, que propõe um enquadramento inovador para a economia política angolana, ao articular simultaneamente:

- a) Reformas institucionais (para legitimidade e governabilidade);
- b) Reformas sociais (para inclusão e fortalecimento do capital humano);
- c) Reformas económicas (para diversificação produtiva e justiça distributiva).

Diferente de abordagens fragmentadas, o modelo assume uma natureza holística e interdependente, propondo um caminho teórico e prático para a construção de um desenvolvimento inclusivo, sustentável e socialmente orientado. Sua utilidade transcende a descrição: serve como ferramenta analítica para avaliar políticas públicas e como referência estratégica para a formulação de planos de desenvolvimento a médio e longo prazo.

Portanto, o cruzamento das variáveis do Quadro 4 permitiu não apenas interpretar as proposições como medidas isoladas, mas compreendê-las como partes de um sistema articulado, que forma a base do Modelo ACE — um referencial inovador para a reconstrução da economia política angolana.

Figura 2 – Modelo ACE: Estrutura Integrada para o Crescimento Inclusivo em Angola



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

A figura 2 representa o Modelo ACE, concebido para orientar o crescimento de Angola com equidade. Estrutura-se em três pilares interdependentes: Institucionalização Inclusiva, Capital Humano Ampliado e Diversificação Produtiva com Justiça Distributiva. A Institucionalização Inclusiva assegura mecanismos participativos e transparentes de governação, fundamentais para a legitimação das políticas públicas. O Capital Humano Ampliado enfatiza a educação e a capacitação como vectores de inclusão socioeconómica. Por sua vez, a Diversificação Produtiva com Justiça Distributiva promove um modelo económico sustentável, apoiado na equidade salarial e na

integração da economia informal. Em conjunto, estes eixos convergem para um objectivo central: crescimento inclusivo e sustentável orientado para o bem-estar coletivo.

Portanto, embora o Modelo ACE apresente um enquadramento robusto para promover o crescimento inclusivo em Angola, a sua implementação enfrenta desafios estruturais significativos. A Institucionalização Inclusiva requer não apenas vontade política, mas também a consolidação de instituições transparentes e eficazes, o que pressupõe superar práticas clientelistas e défices de confiança pública. O reforço do Capital Humano Ampliado depende de investimentos consistentes em educação e saúde, frequentemente condicionados pela volatilidade das receitas do sector petrolífero e pela alocação eficiente dos recursos disponíveis. Por fim, a Diversificação Produtiva com Justiça Distributiva exige um ambiente regulatório previsível, capaz de estimular a iniciativa privada e integrar a economia informal sem aumentar desigualdades. Assim, o modelo configura-se como uma proposta ambiciosa, mas cuja viabilidade depende de reformas profundas e de uma execução política sustentada a longo prazo.

Conclusão

O presente artigo procurou analisar criticamente o papel da economia política na consolidação da justiça económica em contextos de tensão social, tomando como estudo de caso as manifestações de julho de 2025 em Luanda. Partindo do pressuposto de que *“a voz do povo é um indicador económico tão importante quanto o crescimento do PIB”*, demonstrou-se que as convulsões sociais recentes são expressão de um défice estrutural de diálogo, inclusão e redistribuição, agravado por respostas governativas predominantemente reativas e por uma retórica que, ao privilegiar a culpabilização externa, negligencia as causas internas do descontentamento.

Ao longo da análise, sustentada por referenciais clássicos e contemporâneos — de Hobbes a Sen, de Hirschman a Stiglitz —, foi evidenciado que a ausência de canais legítimos de concertação social e a ineficácia de políticas públicas inclusivas amplificam a fratura entre governantes e governados, minando a coesão social e a governabilidade democrática. Nesse contexto, a crítica formulada transcende a mera denúncia, propondo um enquadramento propositivo para a reconfiguração da economia política angolana.

Este enquadramento materializa-se no Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade), resultado da sistematização das oito proposições estratégicas apresentadas no Quadro 4. Assente em três pilares — institucionalização inclusiva, capital humano ampliado e diversificação produtiva com justiça distributiva —, o modelo propõe um ciclo dinâmico e retroalimentado, no qual reformas institucionais criam as condições para políticas sociais efetivas, estas ampliam as capacidades humanas e fortalecem a coesão, e, por sua vez, as reformas económicas diversificam a base produtiva e redistribuem oportunidades, alimentando novas margens de estabilidade e confiança institucional.

Desta forma, a contribuição científica do presente estudo reside na formulação de um modelo teórico inovador, simultaneamente analítico e propositivo, que permite repensar a economia política angolana como um sistema interdependente e orientado para a dignidade humana, a equidade e a sustentabilidade. A análise aqui desenvolvida oferece, assim, um referencial conceptual que poderá orientar futuras investigações e apoiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de converter tensões sociais em oportunidades de reconstrução democrática e de crescimento inclusivo.

Em síntese, reafirma-se que a economia existe para servir o povo, e que o verdadeiro desenvolvimento só se materializa quando o crescimento económico se traduz em liberdades substantivas, justiça social e fortalecimento institucional, pilares indispensáveis para a construção de uma Angola mais coesa, próspera e justa.

Recomendações

Como desdobramento do Modelo ACE, apresentam-se recomendações dirigidas aos principais atores sociais, visando a operacionalização do quadro proposto:

1. Para o Governo:

- Institucionalização de canais permanentes de diálogo social, como Conselhos Nacionais e Provinciais de Concertação, com participação efetiva de sindicatos, juventude, empresários e sociedade civil (P1).
- Reforma do sistema educativo, com descentralização administrativa, valorização docente e currículos adaptados à realidade sociocultural das comunidades (P2).
- Diversificação produtiva, com políticas industriais que combinem incentivos ao sector privado e mecanismos de redistribuição, priorizando a agricultura familiar e a economia verde (P4).

- Reforma da função pública, adotando critérios de desempenho e despartidarização, para restaurar a confiança nas instituições (P7).
2. Para a Sociedade Civil e Organizações Comunitárias:
- Promoção da cidadania ativa, com fortalecimento de associações juvenis e comunitárias que atuem como mediadoras no diálogo social.
 - Participação em mecanismos de monitoria social de políticas públicas, aumentando a transparência e a accountability.
 - Projectos de capacitação e empreendedorismo, especialmente voltados para mulheres e jovens do setor informal (P6).
3. Para a Academia e Centros de Pesquisa:
- Produção de dados e evidências sobre desigualdades, informalidade e impacto das políticas públicas, subsidiando a tomada de decisão.
 - Fomento de estudos interdisciplinares sobre desenvolvimento sustentável, integrando dimensões económicas, sociais e ambientais.
 - Criação de observatórios de políticas públicas, em parceria com a sociedade civil e órgãos governamentais, para avaliar a implementação das reformas propostas.

Estas recomendações pretendem transformar o Modelo ACE em plataforma prática de acção, promovendo um diálogo construtivo entre os diversos atores sociais e viabilizando políticas capazes de concretizar a justiça económica como fundamento de uma Angola democrática e inclusiva.

Referências Bibliográficas

- Acemoglu, D., & Robinson, J. A. (2012). *Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty*. New York, NY: Crown Business.
- Becker, G. S. (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Brás, C. A. (2022). *Políticas educativas implementadas em Angola na Primeira e Segunda Repúblicas*. Luanda, Angola: ResearchGate.
- Cantillon, R. (1755). *Essai sur la nature du commerce en général*. Londres: Fletcher Gyles.
- Commons, J. R. (1934). *Institutional economics: Its place in political economy*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- De Soto, H. (2000). *The mystery of capital: Why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else*. New York, NY: Basic Books.

- Lourenço, J. (2025, 1 de agosto). *Discurso à Nação sobre as manifestações em Luanda, proferido na sequência dos acontecimentos de Julho de 2025*. Presidência da República de Angola. <https://rstp.st/2025/08/01/pr-de-angola-condena-atos-criminosos-e-assegura-que-a-ordem-foi-restabelecida-em-luanda/>.
- Mamdani, M. (2020). *Neither settler nor native: The making and unmaking of permanent minorities*. Cambridge, MA: Belknap Press.
- Paxe, I. P. V. (2017). *Políticas educativas em Angola: Um desafio do direito à educação*. Luanda, Angola: Mayamba.
- Piketty, T. (2014). *Capital in the twenty-first century*. Cambridge, MA: Belknap Press. <https://doi.org/10.4159/9780674369542>
- Polanyi, K. (1944). *The great transformation: The political and economic origins of our time*. Boston, MA: Beacon Press.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (1990). *Relatório de Desenvolvimento Humano 1990*. Nova Iorque, NY: PNUD. <https://hdr.undp.org/>
- Schultz, T. W. (1971). *Investment in human capital: The role of education and of research*. New York, NY: Free Press.
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford, England: Oxford University Press.
- Smith, A. (1776). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Londres: W. Strahan and T. Cadell.
- Stiglitz, J. E. (2002). *Globalization and its discontents*. New York, NY: W. W. Norton & Company.
- Stiglitz, J. E. (2012). *The price of inequality: How today's divided society endangers our future*. New York, NY: W. W. Norton & Company.
- Stiglitz, J. E. (2024). *The road to freedom: Economics and the good society*. New York, NY: W. W. Norton & Company.
- UNESCO. (1994). *The Salamanca statement and framework for action on special needs education*. Paris, France: UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>
- Veblen, T. (1899). *The theory of the leisure class: An economic study of institutions*. New York, NY: Macmillan.
- World Bank. (2024). *Change makers: Empowering youth for inclusive societies*. Washington, DC: World Bank Group. <https://www.worldbank.org/>